RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 20 de Novembro de 2026

Governo de MT publica criação do Comitê Integrado e Estratégico de Combate ao Crime Organizado

tolerância zero

REDAÇÃO

O Governo de Mato Grosso publicou a criação do Comitê Integrado e Estratégico de Combate ao Crime Organizado (Ciecco), nesta segunda-feira (09.12), no Diário Oficial do Estado. A medida consta no Decreto nº 1.172. A primeira reunião do Ciecco já foi realizada na última segunda-feira (02).

"Precisamos estar cada vez mais integrados para combater o avanço das organizações criminosas, e o Comitê foi criado com essa finalidade. É essa união de esforços entre os Poderes que vai nos ajudar nessa missão de tolerância zero para aqueles que insistem em cometer crimes", afirmou o governador Mauro Mendes.

O Comitê faz parte do programa Tolerância Zero ao Crime Organizado, lançado no dia 25 de novembro pelo governador Mauro Mendes, e tem como objetivo a promoção de estratégias integradas e políticas públicas com vistas à prevenção e repressão à criminalidade e o combate às organizações criminosas.

O Ciecco é presidido pelo governador Mauro Mendes e composto por representantes da Casa Civil, das Secretarias de Estado de Segurança Pública e Justiça, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec).

Também participam do Comitê como convidados representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas.

Tolerância Zero

O programa Tolerância Zero ao Crime Organizado é composto por um pacote de medidas integradas para reforçar as ações de combate ao crime organizado em Mato Grosso.

Além da criação do Comitê, o Governo de Mato Grosso também anunciou o reforço nas forças de segurança, com chamamento de 394 aprovados em concursos públicos e a criação de quatro delegacias especializadas no combate ao crime organizado.

Também faz parte do programa a criação das Coordenadorias de Combate ao Crime Organizado e de Recuperação de Ativos da Polícia Civil, que irão atuar no enfrentamento à lavagem de dinheiro e na recuperação de ativos para o Estado.